

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ANALISTA AMBIENTAL

COMUNICADO

O Ministério do Meio Ambiente torna pública a relação de fontes de consulta que poderão ser utilizadas pelos candidatos ao concurso público para provimento de vagas no cargo de ANALISTA AMBIENTAL, regido pelo EDITAL Nº 1 – MMA, de 24 DE NOVEMBRO DE 2010, durante o processo de preparação para o referido certame. Ressalta-se que a indicação dessas fontes de consulta é meramente sugestiva, não exaustiva, e que elas não poderão ser usadas durante a realização das provas, como estabelece o item 13.20 do edital mencionado.

Área de Concentração I

Assunto	Fonte de Consulta
1 – Recursos Humanos	<p>CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos – O capital humano das organizações. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>FIDELIS, Gilson J. Treinamento e desenvolvimento de pessoas e carreiras. Editora: QualityMark, 2008.</p> <p>MATTOS, Ruy de Alencar. De recursos humanos a seres humanos na empresa. Brasília: Livre, 2002.</p> <p>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 Lei nº 8.852, de 04 de fevereiro de 1994 Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999 Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001 Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 Portaria nº 83/SRH/MP, de 17 de abril de 2001: https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/Downloads/file?Portaria%20n%BA%2083-2001.pdf Portaria nº 57/SRH/MP, de 14 de abril de 2000: https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/Downloads/file?CD9A4C2BA610DB6783256C1C0061EA42%3D%3DPortaria%3D%3D57-2000.pdf</p>
2 – Licitações, Contratos e Convênios	<p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª Edição. Atlas, 2008.</p> <p>MELLO, Antônio Celso Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 25ª Edição. Malheiros, 2008.</p> <p>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Lei nº 10.570, de 21 de novembro de 2002 Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005 Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010</p>

3 – Controle Interno	<p>GARCIA, Emerson e ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 4ª Edição. Lúmen Júris, 2008.</p> <p>Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 Decreto de 26 de maio de 1999 – Cria a Comissão de Ética Pública Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 Decreto nº 6.029, de 01 de fevereiro de 2007 Instrução Normativa/TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004: http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/InstrucoesNormativas/IN_TCU_n47_27_outubro_2004.pdf</p>
4 – Cooperações Internacionais	<p>http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seain/manual_financiamento.pdf</p> <p>http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp</p> <p>http://www.bancomundial.org.br (O Banco Mundial: Fazendo Negócios com o Banco Mundial)</p> <p>http://www.pnud.org.br/pnud/arquivos/ManualdeExecuoNacional-01022006.pdf</p>
5 – Administração Financeira e Orçamentária	<p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª Edição. Atlas, 2008.</p> <p>MELLO, Antônio Celso Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 25ª Edição. Malheiros, 2008.</p> <p>Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 Decreto nº 3.590, de 06 de setembro de 2000</p> <p>MTO (5ª versão): https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/MTO/mto_5_Versao.pdf Portal SIAFI: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index.asp</p>

Área de Concentração II

Assunto	Fonte de Consulta
1 – Planejamento Estratégico	<p>COSTA, G. e DAGNINO, R. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Rio de Janeiro, 2008.</p> <p>DAGNINO, Renato. Curso de Gestão Estratégica Pública. Módulo I. Salvador, Bahia, INGÁ, 2009.</p> <p>O'DONNELL, G. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. Cadernos do Departamento de Ciências Políticas. Belo horizonte, UFMG, v. 3, n.151, 1976.</p> <p>ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. 9ª Edição – São Paulo: Prentice Hall, 2002.</p>

	<p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos & SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 4ª Edição. Editora FGV, 2001.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 2ª Reimpressão.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009</p> <p>PPA 2008-2011: http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=155&sec=10</p>
2 – Educação Ambiental	<p>Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002</p> <p>Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao.publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=20</p>
3 – Agenda 21	<p>Decreto Presidencial de criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS: Decreto de 3 de fevereiro de 2004</p> <p>Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=915/</p> <p>Passo a passo da Agenda 21 Local: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/passoapasso.pdf</p>
4 – Responsabilidade Socioambiental e Gestão de Conflitos Sociambientais	<p>THEODORO, Suzi Huff. Mediação dos Conflitos Sócio-Ambientais. 1ª Edição.2006. ISBN 8576170817</p> <p>Consumo Sustentável: Manual de Educação. MMA, MEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. 160p – Brasília 2005. ISBN- 85-87166-73-5 http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=234&idConteudo=10440&idMenu=10414</p> <p>Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36</p> <p>Cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_intermediria_laranja__1a_edio_36.pdf</p> <p>Processo de Marrakech: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=234&idConteudo=10374&idMenu=10409</p>
5 – Economia do Meio Ambiente	<p>MAY, P. H; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da (orgs). Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 344p.</p> <p>SEROA DA MOTTA, Ronaldo. Manual para Valoração Econômica dos Recursos Naturais. Rio de Janeiro, IPEA/MMA/PNUD/CNPq. 1997.</p>

Área de Concentração III

Assunto	Fonte de Consulta
1 – Política Nacional de Recursos Hídricos	<p>Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 Lei nº 10.881, de 09 de junho de 2004</p> <p>Conjunto de Normas Legais do CNRH – 6ª Edição: http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=822</p>
2 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos	<p>Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003 Portaria GM/MMA nº 377, de 19 de setembro de 2003: http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=173&tmpl=component&format=raw&Itemid=</p> <p>Conjunto de Normas Legais do CNRH – 6ª Edição: http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=822</p> <p>Resoluções CNRH: http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=14</p>
3 – Gestão de Águas Transfronteiriças e Cooperação Internacional	<p>Decreto nº 67.084, de 19 de agosto de 1969 Decreto nº 85.050, de 18 de outubro de 1980 Decreto nº 5.208, de 17 de setembro de 2004 http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm</p> <p>Resoluções do CNRH: http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=14</p> <p>Conjunto de Normas Legais do CNRH – 6ª Edição: http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=822</p>
4 – Gerenciamento Costeiro	<p>Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004</p>

Área de Concentração IV

Assunto	Fonte de consulta
1 – Mudança Climática	<p>Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 Lei nº 12.114, de 09 de dezembro de 2009 Decreto nº 99.280, de 06 de junho de 1990 Decreto nº 2.679, de 17 de julho de 1998 Decreto nº 2.699, de 30 de julho de 1998 Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998 Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007</p> <p>Instrução Normativa IBAMA 37, de 29 de junho de 2004: http://servicos.ibama.gov.br/ctf/manual/html/041200.htm Instrução Normativa IBAMA 31, de 03 de dezembro de 2009:</p>

	<p>http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/download.php?id_download=36</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 267, de 14 de setembro de 2000 Nº 340, de 25 de setembro de 2003 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p> <p>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima Protocolo de Quioto Comunicação Nacional do Brasil à Convenção sobre Mudança do Clima http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77650.html http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4004.html</p> <p>Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) http://UNFCCC.int/cdm http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/33803.html</p> <p>Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17685.html</p> <p>Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) http://unfccc.int/2860.php</p> <p>REDD http://www.globalcanopy.org/main.php?m=117&sm=176&t=1</p> <p>Mitigação da Mudança do Clima e Adaptação aos seus efeitos http://www.IPCC.ch</p> <p>Protocolo de Montreal http://ozone.unep.org/spanish/ http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/index.php?id_menu=83</p>
<p>2 – Avaliação Ambiental</p>	<p>Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Decreto nº 2.661, de 08 de julho de 1998 Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 01, de 23 de janeiro de 1986 Nº 09, de 03 de dezembro de 1987 Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p> <p>Resolução SMA nº 12/2005: http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/resolucoes/2005_Res_SMA_12.pdf</p> <p>Portaria DEPRN nº 10/2002 http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/portarias/2002_Port_DEPRN_10.pdf</p>

3 – Qualidade Ambiental	<p>Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 Decreto nº 875, de 19 de julho de 1993 Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002 Decreto nº 5.098, de 03 de junho de 2004 Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005 Decreto nº 5.360, de 31 de janeiro de 2005 Decreto nº 6.514, de 22 de junho de 2008</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 01, de 23 de janeiro de 1986 Nº 23, de 12 de dezembro de 1996 Nº 235, de 07 de janeiro de 1998 Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 Nº 264, de 26 de agosto de 1999 Nº 269, de 14 de setembro de 2000 Nº 313, de 29 de outubro de 2002 Nº 316, de 29 de outubro de 2002 Nº 362, de 23 de junho de 2005 Nº 357, de 17 de março de 2005 Nº 358, de 29 de abril de 2005 Nº 373, de 09 de maio de 2006 Nº 378, de 19 de outubro de 2006 Nº 382, de 26 de dezembro de 2006 Nº 396, de 03 de abril de 2008 Nº 401, de 04 de novembro de 2008 Nº 416, de 30 de setembro de 2009 Nº 420, de 28 de dezembro de 2009 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p>
4 – Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental Urbana.	<p>Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 302, de 20 de março de 2002 Nº 303, de 20 de março de 2002 Nº 369, de 28 de março de 2006 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p>
5 – Ordenamento Territorial	<p>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002</p>

Área de Concentração V

Assunto	Fonte de Consulta
1 – Biodiversidade	<p>Meio ambiente na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Lei nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995 Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000 Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990 Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000 Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005 Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 Decreto nº 6.159, de 17 de julho de 2007 Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001 Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 01, de 23 de janeiro de 1986 Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 Nº 302, de 20 de março de 2002 Nº 303, de 20 de março de 2002 Nº 305, de 12 de junho de 2002 Nº 369, de 28 de março de 2006 Nº 378, de 19 de outubro de 2006 Nº 379, de 19 de outubro de 2006 Nº 425, de 25 de maio de 2010 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p> <p>Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92; Rio + 5 e Rio +10)</p> <p>Convenções Internacionais: Basileia; Roterdã; Estocolmo; Montreal; Ramsar; Combate à Desertificação; Protocolo de Quioto; Tratado da Antártida; Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura; Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.</p>
2 – Repartição de benefícios	<p>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999</p>

	<p>Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005 Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990 Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005 Decreto nº 6.029, de 01 de fevereiro de 2007 Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 Decreto nº 6.159, de 17 de julho de 2007 Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 Decreto nº 6.915, de 29 de julho de 2009 Medida Provisória nº 2186-16, de 23 de agosto de 2001</p>
3 – Gestão Florestal	<p>Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988 Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000 Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 01, de 23 de janeiro de 1986 Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 Nº 302, de 20 de março de 2002 Nº 303, de 20 de março de 2002 Nº 369, de 28 de março de 2006 Nº 425, de 25 de maio de 2010 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p> <p>Agenda 21 – capítulo 11: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=591</p>
4 – Políticas e ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade (inclusive aquática)	<p>Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008</p> <p>Resoluções do CONAMA: Nº 417, de 23 de novembro de 2009 Nº 312, de 10 de outubro de 2002 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p> <p>Monitoramento de Recifes de Coral: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=146</p>
5 – Áreas protegidas e biodiversidade aquática	<p>Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996 Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007: http://www.carvaomineral.com.br/abcm/meioambiente/legislacoes/bd_carboniferas/geral/portaria_mma_09-2007.pdf</p>

	<p>Resoluções do CONAMA: Nº 01, de 23 de janeiro de 1986 Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 Nº 279, de 27 de junho de 2001 Nº 378, de 19 de outubro de 2006 http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm</p> <p>Convenção do Patrimônio Mundial – UNESCO: http://whc.unesco.org</p> <p>Convenção de RAMSAR: Decreto Legislativo nº 33, de 16 de junho de 1992 e Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996</p> <p>www.mma.gov.br/snuc</p>
6 – Uso sustentável dos recursos naturais (inclui Recursos pesqueiros)	<p>Lei nº 9.059, de 13 de junho de 1995 Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009 Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 Portaria IBAMA nº 4, de 19 de março de 2009: http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/download.php?id_download=27</p>
7 – Ordenamento Territorial	<p>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002</p>